

TECNOLOGIAS SOCIAIS

“A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”. Essa imagem forte dos brasileiros sem lugar em sua própria terra, por conta de sua relação problemática com a civilização moderna e ocidental que os encanta mas lhes parece inatingível, abre a principal obra de uma das maiores inteligências brasileiras: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Dentre as idéias e instituições de fora que importamos, uma das vertentes fundamentais é aquela da ciência e da tecnologia modernas, racionais, eficientes - verdadeiros pilares da civilização ocidental, esteios de seu poder material e de sua legitimidade ideológica, contribuição valiosa desta a toda a humanidade. Certamente o Brasil, desde a publicação do livro de Holanda, em 1936, já se desenvolveu consideravelmente no campo científico-tecnológico, mas as matrizes continuam, em boa medida, exógenas, e falta ainda que a maioria da população acesse e usufrua desse desenvolvimento. Para remediar esses problemas seria importante uma mudança na instrumentalização da ciência e da tecnologia, que ajudasse especialmente os mais desfavorecidos a não se sentir “desterrados em sua própria terra”. Esta é uma das potencialidades das chamadas “tecnologias sociais”.

Obviamente a ciência, em si, é neutra, mas suas formas de ensino, de difusão cultural, de uso e aplicação estão repletas de valores sócio-culturais e de determinações e conseqüências políticas e econômicas. Longe de combatê-la ou desprezá-la por isso, há, no entanto, que se reconhecer que uma das conseqüências mais destacadas da *forma* pela qual ela é aplicada é a de fundamentar e legitimar a dominação e a desigualdade sociais – algo já enfatizado por vários autores como Habermas, Foucault, Bourdieu, Weber, dentre outros.

No Brasil, isso é mais agudo ainda. Como nação de formação escravista e colonial, marcada pela heteronomia cultural, isto é, pela recepção contínua e acrítica de

modelos sociais dos centros civilizacionais ocidentais, temos uma elite em sua maioria colonizada, cuja formação ideológica e interesses materiais colocam-na distante dos interesses do país e do restante da população; entre essa elite e o povo, a classe média, oscilando entre o fascínio pelo poder e padrões de consumo dos ricos e certa solidariedade para com os pobres – a qual, entretanto, não raro define, pelo temor dos remediados de perder, com uma eventual ascensão popular, privilégios que superdimensionam na mesma medida em que não percebem o quanto também são espoliados. E a maior parte da população é extremamente vulnerável, com graves deficiências de escolaridade e sérias dificuldades de ação coletiva, um povo ao qual se passa, direta ou indiretamente, a mensagem de que o que ele, na vida cotidiana e prática, gosta e sabe não tem muito valor, em vista do universo do conhecimento formal, do consumismo individualista e hedonista – o bom é tudo que ele justamente não é e não tem, suas tradições, suas formas de vida atuais e passadas pouco valem frente às promessas atraentes da modernidade. E assim, a dominação social se estrutura e legitima na cultura colonizada dos setores dominantes e seu acesso privilegiado às formas de vida e de conhecimento ocidentais, de um lado, e na desconsideração social do universo das classes baixas por não conseguirem acessar essas formas de vida e de conhecimento, de outro.

As chamadas tecnologias sociais funcionam – e podem funcionar mais ainda – na contramão desse esquema. Tecnologias sociais são redes sociais de pequenos produtores e/ou prestadores de serviços e de associações que visam resolver problemas sociais básicos como água, saneamento básico, habitação, educação, transporte, capacitação, etc.. Compreendem, portanto, uma miríade de micro-iniciativas: associações de produtores rurais, cooperativas de catadores de papel, de artesãos, de piscicultores, de prestadores de serviço, de coletores, redes de fomento ao eco-turismo e à conservação e produção de fontes alternativas de energia, empreendimentos na área de agricultura orgânica e familiar, organizações para construção de casas populares, de cisternas, para encaminhamento de ações comunitárias de saúde, e uma série de outros empreendimentos, levados a cabo basicamente por pessoas, famílias e comunidades carentes, que apresentam as vantagens do baixo custo de implantação e da reuplicabilidade das técnicas usadas e desenvolvidas, na medida em que geralmente tais técnicas estão desvinculadas das caras patentes e segredos empresariais.

As tecnologias sociais se estruturam em três eixos. O primeiro é justamente o conhecimento científico e tecnológico – demonstrando que o que se pretende não é “voltar para as cavernas”, mas estabelecer novas abordagens e usos da ciência. O segundo eixo é o da compreensão e valorização do saber e das demandas populares. Por essa via o conhecimento formal busca se articular e se reconciliar com a vida social, com a realidade prática, cotidiana, do povo, de onde emergem as experiências e saberes das pessoas, e seus problemas e necessidades mais prementes. A idéia é que o conhecimento técnico-científico não venha de fora e de cima, carregando valores e pressupostos estranhos aos indivíduos, o que o torna particularmente difícil e aumenta a frustração pessoal dos que não conseguem acessá-lo, mas que seja utilizado a partir de um diálogo com o universo das pessoas destinatárias, o que facilita sua recepção e sua adequação social.

O terceiro eixo é o da organização social como componente essencial de efetivação das iniciativas. Significa a importância de as pessoas aprenderem, de forma absolutamente prática, a se unir para implantar seus projetos coletivos – algo valioso para um povo ao qual foram criados os maiores obstáculos, efetivos e ideológicos, para a mobilização social. A experiência e a capacidade de ação coletiva é, em si, um ganho cultural e pessoal especialmente para os mais desfavorecidos, que, encontram, no grupo, a segurança e a sensação de pertencimento que não alcançam individualmente. Mas não apenas por esse ganho em termos de aprendizado coletivo a mobilização social é importante - muitas vezes ela é fundamental para o sucesso propriamente econômico, material, particularmente das ações de produção e prestação de serviços.

As tecnologias sociais já existiam antes do governo Lula, mas este lhes deu impulso especial. Muitas estatais e órgãos governamentais passaram a estimular as redes de tecnologias sociais: Petrobrás, Caixa Econômica, Fundação Banco do Brasil, Sebrae, Finep, Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional. As formas e níveis de apoio, assim como sua eficácia, variam, mas o importante é que há uma diretriz geral de que, especialmente no caso de iniciativas econômicas, de geração de renda, o apoio logístico e financeiro governamental deve contemplar o ciclo produtivo completo, e não apenas, como costumava ocorrer no passado, partes dele - assim, busca-se cuidar não apenas do crédito

ou financiamento, por exemplo, mas do apoio tecnológico, da capacitação, do controle de qualidade, da estrutura de comercialização, das rede de comunicação, etc.

Critica-se o governo Lula por um suposto caráter assistencialista de suas políticas sociais, que desmobilizariam e cooptariam os movimentos sociais por meio de um paternalismo que, ao fim das contas, só manteria o povo na menoridade. No caso específico das tecnologias sociais, no entanto, é inegável que estas são um fator de, no mínimo, relativização de tais críticas, pois o paternalismo pressupõe passividade e desmobilização popular, e, como se viu, a organização coletiva e o ativismo comunitário são fatores cruciais e inerentes desse modelo de ação social.

Modelo que mescla, na origem, inclusão social e crescimento econômico, ao invés de condicionar, como tanto já se fez no Brasil, as questões sociais a um prévio grau de desenvolvimento econômico, teoricamente imprescindível e, na prática, sempre inatingível. Em todo o país já existem mais de dez mil experiências de fomento sócio-econômico, e essa dinâmica explica, não todo, mas parte do desenvolvimento econômico e da inclusão social recentes. Nem tudo, porém, são flores. Primeiro porque ainda há um longo caminho e uma série de problemas e desafios para as tecnologias sociais: aumentar a articulação dos governos federal, estaduais e municipais para implantar políticas de apoio, resolver a falta ou debilidade de referências legais que balizem tais políticas, incrementar a integração e comunicação das diversas redes sociais, e conseguir um diálogo e abertura do sistema educacional, dos meios de comunicação e da sociedade em geral para sua realidade.

Além disso, o governo Lula não teve apenas essa dimensão positiva de apoio à inclusão social por meio das tecnologias sociais, da expansão do crédito público, do bolsa-família, do aumento do salário mínimo, da recuperação da capacidade operativa, regulatória e de investimento do Estado, dentre outras. Houve o outro lado, negativo, de convivência com graves problemas e distorções herdados, de tempos recentes e longínquos, como o dos privilégios do sistema financeiro, o de uma esfera político-eleitoral e administrativa marcada pelo privatismo sistêmico, o de uma estrutura tributária que penaliza os assalariados e o consumo dos pobres e alivia a grande renda e propriedade – dinâmicas que contrastam e prejudicam as melhorias trazidas por suas políticas sociais.

De qualquer forma, tais tecnologias sociais são algo positivo e promissor – não só pelo desenvolvimento sócio-econômico que trazem, mas porque podem trazer uma

nova relação com a ciência e a técnica. Comentando sobre os judeus, na antiguidade, Weber afirmou que estes, trazidos à periferia da civilização romana, só não foram tragados, como outros povos, pelo poderoso Império porque foram capazes de fazer “perguntas profundas” às formas de vida do centro civilizacional. Perguntas profundas que *não tinham a ver* com as técnicas, mas questionavam justamente o porquê dessas técnicas, o motivo último pelo qual elas existiriam e se valeria a pena tanto esforço em refiná-las. Os judeus desconcertavam os romanos quando lhes indagavam para que servia sua cultura, suas técnicas, seu Estado, se não lhes traziam a coisa mais importante, a crença no Deus único.

Quem sabe uma abordagem da ciência como a que é veiculada pelas tecnologias sociais não nos ajude a fazer essas “perguntas profundas” ao legado científico ocidental e a nos tornar mais cidadãos de nossa terra?

Rubens Goyatá Campante é doutor em Ciências Políticas pela UFMG e pesquisador da Escola Judicial do TRT-MG